

## A Mulher entre a Norma e a Prática na Idade Média Portuguesa

Alcina Manuela de Oliveira Martins

Ao longo dos séculos desenvolveu-se uma mentalidade fortemente misógena, em grande parte provocada pelo pensamento religioso que afirmava ser a mulher um instrumento do mal. A memória escrita judaica elenca, por si só, um vasto número de heróis que caem nas garras da sedução feminina. Uma dessas vítimas foi o lendário Sansão, que resgatará com o seu sacrifício e com a morte de um sem número de filisteus seduzido pela graça feminina de Dalila <sup>1</sup>.

Explorando este pensamento, a Idade Média desenvolveu, de alguma forma, a ideia da mulher enquanto ser diabólico, baseando-se, sobretudo, nos escritos de S. Paulo e nos dos Doutores da Igreja. Tal realidade, difundida quer pelos confessores da corte régia, quer pelos párocos locais, levava a que surgissem teorias como a do monge Jacques de Vitry que afirmava que era “melhor aproximar-se de um fogo ardente do que de uma mulher jovem. Por causa da mulher muitos homens estão mortos” <sup>2</sup>. De uma forma geral, a Igreja aconselhava os homens a desconfiar das mulheres, já que estas constituíam um perigo para a sociedade. Todavia, é essa mesma Igreja que, de uma forma maniqueísta, apresenta uma dualidade de posição perante a mulher: se por um lado desconfiava dela, por outro venerava-a. Não esqueçamos que a Virgem Maria era objecto de culto profundo, o ideal de mulher, concebida sem pecado. Por isso a Igreja aconselhava as virgens e, mais tarde as viúvas a ingressarem nos mosteiros, porque aí casadas com Cristo, ficavam longe das vaidades mundanas e, por isso, longe das tentações.

Sendo ainda pouco conhecido o papel que a mulher desempenhava na religião e na sociedade das duas primeiras centúrias do reino, mostra-se necessário estudar e dar a conhecer essa realidade. A recente proliferação de trabalhos sobre a mulher e, mais concretamente, o aumento de dissertações de mestrado e doutoramento sobretudo sobre a mulher enquanto monja têm vindo, de algum modo, a abrir novas perspectivas de interpretação, embora a maioria dos trabalhos denotem, em nossa opinião, um exagerado pendor economicista, relegando para segundo plano a vivência interna da comunidade religiosa, certamente por se tornar mais complexo a sua análise.

Não podemos negar que a maioria das mulheres viveram uma vida na total dependência de tutelas varonis, fossem eles pais, maridos, irmãos ou filhos e que se anularam ou foram obrigadas, pela força das circunstâncias, a anularem-se. A memória escrita medieva é fecunda em informações sobre estes factos. Foram sem dúvida estes desideratos que nos levaram a levantar algumas questões fundamentais: será que todas as mulheres que viveram na Idade Média se acomodaram ao seu destino? Será que Leonor da Aquitânia, Heloísa, Isolda, Juette ou até Hilda Witry fizeram parte das excepções frequentemente referidas pela historiografia clássica? Terão elas sido das poucas mulheres que, servindo-se da sua inteligência, moldaram a trajetória da sua vida, catapultando-se para a fama? Ou será que, por deixarem obras importantes acabaram por marcar (tanto pela positiva como pela negativa) a sociedade da sua época, graças

---

<sup>1</sup> Antigo Testamento, Juízes, 16, 4-31 A figura de Sansão e o seu terrível fim virá a estimular os artistas medievos, fantasiando este episódio de diversas formas e apresentações.

<sup>2</sup> VITRY, Jacques de – *Sermones in Epistolas et Evangelia Dominicalia*, Antuérpia, 1575, p. 274, Apud PILOSU, Mario – *A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, p. 60

ao registo dos seus feitos se terem preservado? Quantas mulheres anónimas, pertencentes à média e baixa nobreza quebraram normas e, despidas de artifícios retóricos, fizeram o seu próprio destino? Como refere José Mattoso, embora o pai seja a autoridade do lar, já que se vivia numa sociedade fortemente patriarcal, isso não quer dizer que esta relevasse a mulher para um papel de inferioridade, nem mesmo que não assumisse preponderância nas decisões familiares. Diz-nos o autor que “o que a norma defende, proclama e exprime, é uma ordem de valores (...) Se há domínio em que os textos normativos e que proclamam um ideal de sociedade sejam enganadores, é justamente o da mulher. De resto, o acentuado contraste entre a norma e a prática é justamente uma das características mais salientes e mais significativas da Idade Média”<sup>3</sup>.

É tomando em atenção estas palavras, que procuramos encontrar nas entrelinhas da memória escrita medieva do reino luso algumas respostas, e sobre elas reflectir. Foi nossa intenção procurar saber qual a reacção das mulheres quando confrontadas com a decisão paternal de as levar para um mosteiro, quando o seu desejo era casar e ser mãe ou então, quando era seu objectivo recolher-se numa instituição monástica, o não o poder fazer, uma vez que o seu casamento era, acima de tudo, uma estratégia política encetada pela sua família.

Não esquecendo que tudo o que acontece na Idade Média é relatado através do olhar masculino<sup>4</sup>, por si só tendencioso na apreciação e descrição dos factos, insistindo, compreensivelmente, numa imagem de mulher que se comportava segundo a norma, servimo-nos, para este estudo, dos dados genealógicos transmitidos nos Livros de Linhagens medievais do Conde Pedro Afonso de Barcelos<sup>5</sup>. Em nosso entender, nada mais imparcial, uma vez que estes Livros têm como principal objectivo traçar as memórias das origens linhagísticas da nobreza do reino, privilegiando a memória dos varões fundadores que tinham tido descendência.

Estamos conscientes que este é um terreno difícil mas, mais do que chegar a conclusões, é nosso objectivo reflectir sobre este assunto numa nova perspectiva, tendo sempre presente a necessidade de evitar a todo o custo um unilateral e perigoso discurso feminista.

No século XIII, período em que os fidalgos com dificuldades para encontrar casamentos favoráveis à sua família, serviram-se do mosteiros para recolher as suas donzelas e viúvas transformando-os em depósitos ao serviço de estratégias familiares. Enquanto, muitas delas encontravam aí o lugar ideal para, libertas dos poderes varonis, tratarem livremente dos seus bens, outras, que sempre acalentaram o desejo de se entregar a Deus, encaravam a vida monástica como uma benção Divina. Outras ainda, desejando casar e ter filhos mas, por decisão familiar foram obrigadas a recolher-se numa casa monástica. Enfim, destinos traçados por terceiros aos quais teoricamente não poderiam fugir.

Em nosso entender, é aqui que, muito provavelmente, os esteriótipos normativos não são cumpridos na sua totalidade, tendo em conta que a memória medieva, de forma mais ao menos subtil, deixa trespassar a ideia de que algumas mulheres nobres, mais ao menos anónimas, corajosamente conseguiram alterar os destinos traçados pelos seus familiares, assumindo as consequências que daí advinham.

---

<sup>3</sup> MATTOSO, José – “A mulher e a família” in *Actas do Colóquio a mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras, 1986, p. 46-47.

<sup>4</sup> Embora muitas mulheres soubessem escrever melhor do que os homens, quase nada resta dos seus escritos (DUBY, Georges – *As damas do século XII.1. Heloísa, Leonor, Isolda e muitas outras*. Lisboa, Ed. Teorema, 1996, p. 8)

<sup>5</sup> *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. Crítica por José Mattoso, in *Portugaliaes Monumenta Histórica*. Nova Série, vol. II,1, Lisboa, Academia das Ciências, 1980; *Livro Velho de Linhagens*, ed. Crítica por Joseph Piel e José Mattoso, in *Portugaliaes Monumenta Histórica*. Nova Série, Lisboa, Academia das Ciências, 1980; *Livro do Deão*, ed. Crítica por Joseph Piel e José Mattoso, in *Portugaliaes Monumenta Histórica*. Nova Série, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Procuraremos então seguir o caminho de cinco damas da nobreza portuguesa: Mor e Sancha Lourenço da Cunha, Sancha Lourenço de Arga, Urraca Peres de Cameal e Mor Gonçalves.

Começemos pelas irmãs Mor e Sancha Lourenço, filhas de Lourenço Fernandes da Cunha e de Sancha Lourenço da Macieira. Lourenço Fernandes, embora detentor de uma fortuna considerável, possuía uma notável prole (cinco rapazes, quatro raparigas e mais dois ilegítimos) o que o obrigava a disponibilizar um número grande de bens para casar todos os seus filhos de acordo com a sua condição social. Perante esta conjuntura, a duas das suas filhas traçou-lhes destinos diferentes. A mais velha, Mor Lourenço<sup>6</sup>, casou-a quando esta tinha cerca de 14 anos com Estevão Malho, um próspero cavaleiro da Terra de Santa Maria que dele teve três filhos. A Sancha mandou-a para o cenóbio de Vairão<sup>7</sup>.

Cedo a autoridade paterna veio a ser posta em causa e estas duas senhoras encontraram por si próprias o seu futuro. Mor Lourenço, tendo enviuvado por volta dos 19 anos e então como mulher livre, senhora do seu corpo e, temendo, muito provavelmente, um novo casamento de conveniência – já que as senhoras da nobreza eram casadas e recasadas enquanto fossem capazes de conceber – ou, quem sabe, vendo nesta viuvez a possibilidade de concretizar finalmente um sonho, tomou o hábito negro de Vairão. Nesta comunidade monástica subiu todos os degraus da vida religiosa até chegar à chefia do cenóbio. Não sabemos a data em que ingressou em Vairão, mas em 1219 era já muito provavelmente priora, assumindo a cadeira abacial pelo menos a partir de 1222, cargo que ocupou até 1234 ou 1235. Isto é, de mulher predestinada a conceber e a viver na sombra do marido e dos filhos, Mor tornou-se uma mulher forte, capaz de dirigir os destinos da comunidade valeriana.

Quanto à sua irmã Sancha, o pai, sem grande mobilidade monetária, enviou-a, como referimos, para Vairão. Todavia, esta dama desde cedo contestou tal decisão, evidenciando não possuir qualquer vocação religiosa, vindo a fugir com Pero Talvaia<sup>8</sup>.

Nesta sociedade marcadamente masculina, este acontecimento era por si só motivo de troça aproveitada jocosamente pelos homens da escrita. Foi isso que fez o Conde Pedro Afonso no seu Livro de Linhagens procurando, com alguma subtileza, transmitir uma memória comprometida da monja, mostrando que esta senhora, quando entrou para Vairão não pautou o seu comportamento pelas normas de ascese e castidade, aliás, no seguimento do que tinha feito quando refere uma outra monja valeriana: Châmoa Gomes de Pombeiro<sup>9</sup>.

Provavelmente o mais difícil para Sancha foi ter que se defrontar com a ira paterna, pois Lourenço Fernandes vingou-se desta rebeldia deserdando-a aquando do nascimento dos seus filhos, com salvaguarda do que possuía em Pombeiro<sup>10</sup>.

Destinos idênticos foram reservados a Sancha Lourenço de Arga e a Urraca Peres, onde, neste caso, foram dois irmãos, Gonçalo Peres Velho e Estevão Velho, filhos de Pero Velho e sobrinhos de João Peres Redondo e de Dona Sancha Peres Velho, abadessa de Vairão, que ajudaram a alterar os destinos traçado pela família das duas damas<sup>11</sup>.

<sup>6</sup> Embora existam várias interpretações sobre a família a que Mor Lourenço estava ligada, cremos, todavia poder identifica-la com uma das filhas de Lourenço Fernandes da Cunha. A este propósito veja-se o nosso trabalho *O mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, Porto, Universidade Portucalense, 2001, p. 214.

<sup>7</sup> MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – *O mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média...*, p. 213- 218.

<sup>8</sup> MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – *O mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média...*, p. 197.

<sup>9</sup> MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – *O mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média...*, p. 61- 67.

<sup>10</sup> A realidade surge diferente quando relatada no *Livro do Deão* onde refere que Lourenço Fernando não deserdou Sancha, mas antes o bastardo Martim Talvaia (15J7). A partir deste momento, sempre que fizermos referência a esta obra será pelas iniciais LD.

<sup>11</sup> Sancha Peres Velho governou os desígnios do cenóbio entre 1257 e 1270. A propósito desta senhora veja-se MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – *O mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média...*, p. 217-222.

Sancha Lourenço de Arga era filha de Gonçalo de Arga. Enviada muito jovem para o beneditino mosteiro de Vitorino das Donas (diocese de Braga) aí permaneceu durante sete anos, até que, apaixonando-se por Gonçalo Peres Velho, abandonou o cenóbio <sup>12</sup>, sobrepondo-se à forte oposição da abadessa e do resto da comunidade <sup>13</sup>, bem como, embora a documentação não o refira, à oposição paterna.

Quanto a Urraca Peres de Cameal, filha de Pedro Afonso de Cameal, provavelmente feita monja por vontade paterna, acabou por fugir com Estevão Velho <sup>14</sup>.

Ao contrário das damas anteriores, o Conde Pedro Afonso fala desta senhora de forma muito subtil. Não faz referência ao mosteiro em que tinha professado, nem tão pouco refere a atitude tomada pelos familiares e pelas religiosas. Simplesmente afirma que Estevão Velho a tirou do “mosteiro e fez em ela Afonso Velho” <sup>15</sup>.

Finalmente, tomemos em atenção o caso de Dona Mor Gonçalves, filha de Gonçalo Eanes. A esta senhora foi predestinado casar com Paio Soares de Paiva. Diz o Conde Pedro Afonso que “por mau preço que houve” fugiu do marido e refugiou-se em Arouca, vindo aí a tomar o hábito de Cister <sup>16</sup>. Provavelmente, e não passando de uma mera hipótese, quem sabe se esta situação não foi uma desculpa para, finalmente, poder realizar o sonho de ser monja e poder dedicar a sua vida a Deus, ou, sentindo-se de alguma forma ameaçada e não podendo recorrer à casa paterna, encontrou em Arouca um refúgio que lhe assegurava a sobrevivência.

Enfim, cinco mulheres que embora nada fizessem para mudar o rumo da história, conseguiram, no entanto, mudar o destino traçado pela sua parentela e realizar os seus sonhos. Quantas mais conseguiram tal proeza? Não o sabemos. Todavia estamos conscientes que não foram as únicas e que este tipo de atitude nem sequer terá sido um exclusivo da aristocracia. Contudo, sobre os outros grupos sociais, a documentação praticamente não existe.

É obvio que nem todas as mulheres que abraçaram a vida monástica por imposição varonil conseguiram mudar o rumo das suas vidas. Conformadas muitas delas, vieram a servir de forma exemplar a comunidade. É que aqui, sem tutelas varonis, acabavam por ter visibilidade e assumir um papel preponderante quer a nível religioso, social e até mesmo económico. Aos poucos, e ao longo do século XIII, a mulher mística, foi dando lugar a uma mulher igualmente gestora e preocupada com a economia da sua casa monástica. Assumidamente, envolvia-se em conflitos com os poderes regionais e até supra regionais quando a isso se via obrigada, sem todavia nunca descurar as suas funções espirituais.

Os percursos das cinco mulheres que apresentamos, longe por certo de serem uma excepção, poderão constituir o ponto de partida para uma nova perspectiva sobre a mulher na Idade Média, confirmando a ideia que a norma e a prática nem sempre coincidem.

---

<sup>12</sup> Desta relação nasceram sete filhos *Livro de Linbagens.....* G (de F 8). A partir deste momento, sempre que fizermos referência a esta obra será pelas iniciais LL.

<sup>13</sup> LL G(de F8), p. 481. É curiosa a postura da comunidade, uma vez que mais tarde, e já no século XV, será uma sua abadessa, Mor Lopes que, não abandonando o mosteiro, acabou por ser ela protagonista de um escândalo ao ser mãe (a propósito deste assunto, veja-se MARQUES, José – A arquidiocese de Braga no século XV, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, p. 699).

<sup>14</sup> LL I (de F 8)

<sup>15</sup> LL I (de F8)

<sup>16</sup> LL Y (de X5)